

**O APAGAMENTO/PREENCHIMENTO  
DO OBJETO DIRETO E INDIRETO NA ESCRITA**

Patrícia Affonso de Oliveira (UFRJ)

[patiaffonso@yahoo.com.br](mailto:patiaffonso@yahoo.com.br)

**RESUMO**

Neste trabalho, focamos um fenômeno que é variável, pelo menos na modalidade oral: o preenchimento ou apagamento do objeto direto e indireto no português brasileiro. Diversas pesquisas demonstram que, na modalidade oral, os falantes, quando não apagam os complementos, os preenchem com sintagma nominal, pronome reto ou clítico. Como falantes da língua, não percebemos esta variação, mesmo que ela ocorra quando estamos falando. Nossos objetivos, acerca deste fenômeno, é tentar responder as seguintes perguntas: se apagamos ou preenchemos objeto na modalidade oral, o que fazemos na escrita? Apagamos ou preenchemos? E, se preenchemos, quais são as estratégias de preenchimentos mais e menos utilizadas? São essas as perguntas que tentamos responder, e, para tanto, usamos como base teórica a teoria da variação e mudança sociolinguística variacionista (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968). Os dados que compõem o *corpus* da pesquisa foram coletados em dez editoriais do jornal *O Globo* (de cunho extremamente formal), que serão comparados a dez crônicas da autora Martha Medeiros (de cunho menos formal), retiradas da revista dominical, também do referido jornal. Com esta comparação, fazendo uso de textos extremamente formais e de textos não tão formais, queremos observar até que ponto o apagamento/preenchimento do objeto, que observamos na modalidade oral, pode ou não penetrar na escrita, já que, segundo Duarte (no prelo) “dada à precedência da fala sobre a escrita e dada à constante mudança por que passa as línguas, é natural que a escrita seja mais conservadora, o que impede a imediata implementação na escrita da maioria das mudanças em cursos”. Duarte observa ainda, que “alguns traços da fala podem permanecer restritos a essa modalidade”. Tentaremos responder a essas questões, estudando a escrita e concluindo que o trabalho não esgota a questão.

**Palavras-chave:** Apagamento. Preenchimento. Objeto direto. Objeto indireto. Escrita.

**1. Palavras iniciais**

Neste trabalho focamos um fenômeno que é variável, na modalidade oral: o preenchimento ou apagamento do objeto direto e indireto no português brasileiro. Diversas pesquisas demonstram que, na modalidade oral, os falantes quando não apagam os complementos, os preenchem com sintagma nominal (SN), pronome reto ou clítico. Como falantes da língua, não percebemos esta variação mesmo que ela ocorra quando estamos falando. Nosso objetivo acerca deste fenômeno é tentar responder às seguintes perguntas: se apagamos ou preenchemos objeto na modalidade oral, o que fazemos na escrita? Apagamos ou preenchemos? E, se

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

preenchemos, quais são as estratégias de preenchimentos mais ou menos utilizadas? São essas as perguntas que tentamos responder, e, para tanto, usamos como base teórica a teoria da variação e mudança sociolinguística variacionista. (WEINREICH, LABOV & HERZOG 1968)

A teoria variacionista estuda a variação linguística. Observa, analisa e descreve a língua em seu contexto social, ou seja, em situações reais de uso no qual nós, os falantes, interagimos e compartilhamos verbalmente um conjunto de normas. Segundo Joaquim Matoso Câmara Jr. (1997, p. 298), a variação linguística é “consequência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade do discurso”. Segundo Dinah Maria Isensee Callou (2011, p. 20), “essa multiplicidade diz respeito também à oposição fala e escrita, com suas especificidades, semelhanças e diferenças” e, para a autora, “tanto a escrita quanto a fala podem se apresentar de diversas formas, porém, no ensino da língua escrita, busca-se neutralizar as marcas identificadoras de cada grupo social, no intuito de atingir um padrão único abstrato e idealizado, que seja supranacional”. Se fala e escrita podem se apresentar de diversas formas, como será que o objeto, que é frequentemente apagado na fala, se comporta na modalidade escrita? Acreditamos que se o objeto for apagado na norma culta escrita, como nos editoriais, provavelmente o será em textos mais informais, como as crônicas.

Na proposta de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog a mudança pode ser entendida como “uma consequência inevitável das dinâmicas internas das línguas naturais” (DUARTE, 2006, p. 139). A mudança não ocorre de forma abrupta e também não é aleatória; “as evidências acumuladas ao longo dos anos mostram que a instalação de uma nova variante é progressiva” (DUARTE, 2006, p. 139). E a mudança não envolve somente os fatores estruturais (lingüísticos), mas também os fatores sociais (extralingüísticos), ou seja, a mudança é dupla: “é uma mudança no comportamento social” (*id. ib.*). Assim, segundo Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog, um falante pode atuar no sentido de acelerar ou reter os processos de mudança, na medida em que aceita ou rejeita a mudança. Labov (2003) propõe três categorias de regras lingüísticas para caracterizar, em termos qualitativos, as variantes. Segundo esse postulado, uma regra é considerada categórica se tem 100% de frequência; semicategórica se tem a frequência entre 95% e 99%; e variável quando sua frequência está entre 5% e 95%. Tentamos, neste trabalho, verificar também a percentagem das variantes para observar com que tipo de regra estamos lidando.

Os dados que compõem o *corpus* utilizado na pesquisa foram coletados em dez editoriais do jornal *O Globo* (de cunho extremamente formal), que serão comparados com dez crônicas da autora Martha Medeiros (de cunho menos formal), retiradas da revista dominical, também do referido jornal. Com esta comparação, fazendo uso de textos extremamente formais e também textos não tão formais, queremos observar até que ponto o apagamento/preenchimento do objeto, que observamos na modalidade oral, pode ou não penetrar na fala, já que, segundo Duarte (no prelo) “dada à precedência da fala sobre a escrita e dada a constante mudança por que passam as línguas, é natural que a escrita seja mais conservadora, o que impede a imediata implementação na escrita da maioria das mudanças em cursos”. A autora observa, ainda que “alguns traços da fala podem permanecer restritos a essa modalidade”.

Para poder dar conta do assunto abordado, o artigo é estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, fazemos uma breve revisão da literatura sobre o fenômeno e apresentamos os pressupostos teóricos básicos da teoria sociolinguística variacionista que usamos para analisar o fenômeno aqui estudado. Na terceira seção fazemos a análise propriamente dita. Na quarta seção, mostramos a contribuição da pesquisa para o ensino de língua portuguesa. Por fim, concluímos o texto, destacando os primeiros resultados da pesquisa.

## **2. *O que diz a abordagem tradicional e a sociolinguística***

Segundo Cunha & Cintra (2001, p. 281), os pronomes retos (no nosso caso, o pronome reto ‘ele’) têm a função de sujeito e predicativo do sujeito somente, não podendo ser utilizado com o objeto direto. Os autores afirmam que as formas átonas são próprias do objeto direto (o, a, os, as) e indireto (lhe, lhes). Os autores acrescentam que o objeto direto pode ser representado por substantivo, pronome substantivo, numeral, mas não fazem menção a outras formas de preenchimento do objeto direto, e que o objeto indireto pode ser representado por substantivo, pronome substantivo, numeral etc. Aqui também não fazem menção a outras formas de preenchimento ou apagamento do objeto indireto. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 140)

A palavra “norma culta” está sendo usada de forma equivocada e necessita de alguns esclarecimentos de ordem científica para que possa ser usada com precisão nas pesquisas, pelos professores e também pela

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sociedade. O primeiro equívoco está relacionado às definições atribuídas ao termo norma.

A palavra ‘norma’ é um termo polissêmico, mas em sua acepção mais básica, pode ser entendida, segundo Carlos Alberto Faraco (2008, p. 37),

como conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala.

Carlos Alberto Faraco acredita que “toda e qualquer norma é dotada de organização” (*id. ib.*). Se toda norma é dotada de organização estrutural é sem fundamento a afirmação de que os analfabetos ou os falantes da norma popular falam sem gramática. Segundo o autor, “se toda norma é estruturalmente organizada, é impossível falar sem gramática” (*id. ib.*, p. 38). Por essa razão, a questão do “erro” fica sob suspeita, pois “se um enunciado é previsto por uma norma, não se pode condená-lo como erro com base na organização estrutural de uma outra norma” (*id. ib.*, p. 38). Dinah Maria Isensee Callou (2011, p. 16) alerta para o fato de que

A sociedade é insensível a esses questionamentos e a nossa ação é descontinua e limitada a alguns momentos. Para o falante comum, usuário da língua, não há variação, só uma dualidade opositiva, o “certo”, a “norma” (prescritiva) e o “erro”. A questão de norma e variação, pluralidade de normas, fica restrita àqueles especialistas que possuem maior conhecimento de e sobre a língua (grifos da autora).

Não existe somente uma norma. O que há é uma pluralidade de normas que são organizadas e estruturadas dentro de uma gramática. Dinah Maria Isensee Callou (2011, p. 17) afirma que “a variação existente hoje no português do Brasil, que nos permite reconhecer uma pluralidade de falares, é fruto da dinâmica populacional e da natureza do contato dos diversos grupos étnicos e sociais, nos diferentes períodos da nossa história” (*Idem, ibidem*). Já que há pluralidade, é evidente que há também pluralidade de grupo de falantes, e, cada grupo, com falantes que dominam a norma de uso utilizada em sua comunidade de fala e, possivelmente, as normas de uso de outras comunidades de fala. Claro está que, para dominar ou não as normas linguísticas de outros grupos, o falante deverá ter ou não mais escolaridade. É a escolaridade do falante que normalmente determina se este pode ou não transitar por outras normas que não a da sua comunidade de fala, mas é evidente que, mesmo que sua escolaridade

seja pequena, o falante é capaz de dominar com maestria a norma de sua comunidade de fala.

Dentro de uma comunidade de fala, não há somente uma norma e sim várias normas sendo utilizadas, o que deixa a situação mais complexa para delimitar, por exemplo, onde termina ou onde começa uma norma de uso. As normas se mesclam na medida em que os falantes estabelecem diferentes relações sociais com diferentes falantes que estão inseridos dentro de vários grupos ao mesmo tempo, de modo a compor uma rede de relações sociais e linguísticas. Logo, as normas não podem ser consideradas somente como o conjunto de hábitos linguísticos, mas também como um conjunto de valores socioculturais que se combinam com as formas linguísticas. Assim, um mesmo falante pode fazer parte de vários grupos e ter várias normas de uso.

Diante do que foi exposto acima, acreditamos que não existe uma norma pura e nem uma norma homogênea. Segundo Dinah Maria Isensee Callou (2011, p. 19)

a norma não pode ser rígida, monolítica, a língua muda, as normas gramaticais se modificam e nada é mais prejudicial que um purismo estreito, quase sempre baseado num conhecimento deficiente da própria língua. Legisla-se, na verdade, sem real conhecimento da complexidade dos fatos que caracterizam cada falar, cada variedade e cada variante.

E, já que existem várias normas podemos abordar aqui algumas destas: a norma culta de uso, a norma padrão, a norma gramatical e a norma popular.

No plano idealizado, Carlos Alberto Faraco (2008) distingue a norma padrão da norma gramatical. A norma padrão é estabilizada, abstrata e foi construída por uma elite, de forma artificial no Romantismo do século XIX, com o objetivo de combater a norma popular e neutralizar a variação linguística. A norma gramatical seria a idealizada por gramáticos, filólogos que escrevem nossas gramáticas tradicionais e dicionários reunindo o que, para os autores, seria considerado como culto.

No plano das realizações concretas, temos a norma culta de uso e a(s) norma(s) vernacular(es) ou popular(es). A norma culta de uso é a usada nos jornais, na televisão, nas universidades e é a ensinada nas escolas. É a variedade usada então pelos falantes mais escolarizados, ou seja, falantes que têm a escolaridade superior completa, que usam esta variedade em situações mais monitoradas. A norma popular ou vernacular é o conjunto de hábitos linguísticos e socioculturais utilizados pelos falan-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tes menos escolarizados. Devemos entender que nenhuma das normas citadas anteriormente (as do plano concreto, pois são as usadas concretamente) pode ser considerada a melhor ou a pior. Todas são válidas para estabelecer uma comunicação eficiente e, por isso, devem ser respeitadas como também devem ser respeitados os falantes que as utilizam, já que, segundo Dinah Maria Isensee Callou (2011, p. 17), “não se pode pensar no uso de uma língua em termos de “certo” e “errado” e em variante regional “melhor” ou “pior”, “bonita” ou “feia”. Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005, p. 36) afirma que

a correção linguística das variedades do português no Brasil sempre foi aferida em função de sua maior ou menor semelhança com a norma padrão lisboeta consagrada pelos escritores portugueses. Os gramáticos brasileiros sempre aceitaram como inevitáveis as diferenças fonológicas e lexicais entre as duas normas, mas demonstraram e continuam a demonstrar, em muitos casos, indistinctível relutância em aceitar as diferenças morfossintáticas

Não é fácil conceituar e identificar, no Brasil, a “norma culta de uso” ou estabelecer nitidamente, de forma discreta, onde começa a norma culta e onde termina, o que faz parte da norma culta de uso e não da norma popular etc. Para resolver tal impasse inerente a todas e a qualquer língua, Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005) postula a noção de três *continua* para caracterizar o português brasileiro. Os *continua* postulados pela autora, para que se analise o português brasileiro são: (i) o rural-urbano; (ii) o de monitoração estilística e (iii) o de oralidade e letramento. O *continuum* rural-urbano compreende todas as variações do rural até o urbano, passando por expressões do “rubarno”, que segundo a autora seria “comunidades urbanas de periferia onde predomina forte influência rural na cultura e na língua” (*op. cit.*, p. 44). O *continuum* monitoração estilística compreende a escrita e fala da mais monitorada a menos monitorada; e o *continuum* oralidade e letramento compreende as práticas sociais de oralidade e as práticas sociais de letramento.

A autora propõe que podemos distribuir as variantes nesses três *continua* que se entrecruzam. E que podemos situar um falante em qualquer posição desse *continuum*. Adotando o modelo de três *continua* proposta pela autora, podemos fazer uma análise mais detalhada do fenômeno que estudamos aqui, já que não teremos de olhar para o fenômeno com uma visão dicotômica do tipo tudo ou nada: oral x escrito, culto x popular ou formal x informal, só para citar alguns. Em posse desses *continua*, já podemos definir, segundo Carlos Alberto Faraco (2008, p; 49), o que seria a norma culta:

ela seria a variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas, ou seja, a norma culta seria a variedade que está na intersecção dos três *continua* em seus pontos mais próximos do urbano, do letramento e dos estilos mais monitorados.

Como afirma Stella Maris Bortoni-Ricardo, esses falantes:

diante do interlocutor desconhecido, de maior poder na hierarquia social ou a quem ele precisa ou deseja impressionar, sente-se na obrigação de usar um estilo mais cuidado. Para obter este efeito, necessita prestar mais atenção à forma de sua produção verbal. Pode-se resumir esse processo, argumentando que o interlocutor é um dos fatores - talvez o mais importante - que determina o grau de pressão comunicativa que incide sobre o falante. (BORTONI-RICARDO, *op. cit.*, p. 40)

Segundo a autora, na produção do estilo monitorado, o falante presta mais atenção ao que vai dizer, ou seja, ele planeja o que vai dizer. A autora afirma que o *continuum* de oralidade e letramento tem interface tanto com o de urbanização quanto com o de monitoração estilística. A autora conclui enfatizando que o *continuum* de urbanização se destina especialmente à análise dos atributos socioecológicos dos falantes enquanto o de oralidade/letramento se destina especificamente à análise das práticas sociais em que o falante toma parte e o de monitoração volta-se para os processos cognitivos de atenção e planejamento no momento da enunciação.

### **3. Análise sociolinguística: o que dizem os estudiosos sobre o preenchimento do objeto direto e do objeto indireto**

Duarte (no prelo) afirma que Joaquim Matoso Câmara Jr, em 1972, em seu artigo sobre o “ele” acusativo em português, já reconhecia a extensão do uso dos nominativos. A autora frisa que, além do pronome acusativo, todos os outros pronomes nominativos podem desempenhar a função acusativa:

na escrita, entretanto, graças às pressões normativas, o pronome com a forma nominativa em função acusativa é evitado, *se* sua função é verdadeiramente a de complemento de um verbo transitivo direto. Se, entretanto, temos um contexto em que o pronome recebe caso acusativo do verbo da oração principal, mas tem função de sujeito de uma minioração ou de uma sentença infinitiva, que completa verbos causativos, verbos de permissão ou percepção, o pronome nominativo já começa a aparecer na escrita. O acusativo, nesses casos, não cumpre a função de objeto direto, apenas marca com o caso disponível (o do verbo transitivo flexionado da oração) um sintagma nominal com a função de sujeito. E, sendo um sujeito, a forma nominativa do pronome não é sintaticamente saliente e é pouco percebida pelos jovens jornalistas e professores.

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A autora relata que, da mesma forma que os pronomes nominativos marcados com o caso acusativo (marcando a função de sujeito) deixam de ser salientes (ou percebidos e discriminados), assim também os complementos nulos (acusativos ou dativos), naturalmente sem saliência fônica, se implementam facilmente na escrita, particularmente nos contextos em que a identificação do antecedente não oferece qualquer ambiguidade. A autora afirma ainda que

Outras estruturas que emergem na gramática do letrado brasileiro e que podem ser atribuídas à contradição entre uso e norma, são os clíticos: podemos observar a troca do clítico dativo pelo acusativo e vice-versa, fruto certamente dessa aquisição imperfeita ou da falta de familiaridade com esses elementos. Para referência a segunda pessoa, já se mostra implementado o uso de *lhe* em função acusativa, numa clara demonstração de que, uma vez desaparecido o pronome acusativo *o/a*, o sistema se encarrega de substituí-lo pelo *lhe*, já abandonado para a função dativa, que hoje é representada preferencialmente, por um SP, especialmente com a preposição “a” na escrita e “pra” na fala.

Duarte (2006, p. 145) acredita que a saliência da variação, ou seja, a maior ou menor saliência da variante no processo de avaliação social, encontra um exemplo claro na alternância nas formas de realização do objeto direto anafórico, em que três variantes concorrem (clíticos, pronome acusativo e categoria vazia) e que, como a variante mais inovadora, a categoria vazia, não é percebida. As prescrições normativistas não criticam a categoria vazia, mas o uso do ele acusativo é bastante criticado, mesmo sendo uma variante muito menos frequente do que o objeto nulo.

A autora afirma que a valorização ou discriminação de uma variante inovadora é condicionada pelos próprios contextos estruturais da variação e que, se sua saliência for reduzida na comunidade de fala, “pode se “desvestir” da sua carga negativa e ganhar terreno no processo de mudança” (DUARTE, *op. cit.*, p. 146). A apreciação que fazemos das variantes acaba atribuindo valores sociais diversificados a tais variantes: se a avaliação for negativa, configuram um *estereótipo*; se não houver avaliação nem positiva e nem negativa temos um *indicador*; e, se tivermos consciência do (des-) prestígio de uma variante, mas a utilizamos ou não a depender da nossa monitoração estilística, temos um *marcador socio-linguístico*. Como afirma Sílvia Rodrigues Vieira (no prelo):

No quadro sociolinguístico laboviano, propõe-se que as variantes linguísticas são apreciadas pelos usuários da língua (como indicadores, marcadores ou estereótipos) e, consoante essa avaliação, maior ou menor é a chance de se completar uma mudança linguística. Nesse sentido, quanto mais marcada for uma variante (mais aproximada da avaliação de um estereótipo), menor a chance de haver alteração no sistema linguístico, tendo em vista o caráter (in)de desejável atribuído à determinada forma/estrutura.

Provavelmente, as quatro variantes que estudamos aqui se encaixam dentro de uma dessas configurações, e veremos na próxima seção como essa relação se dá. Omena (*apud* Duarte) constatou a ausência do clítico acusativo na fala de adultos analfabetos, índices inexpressíveis de “ele” acusativo em estruturas SVO e altos índices de objeto nulo.

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 145), o português brasileiro é marcado com o uso de pronome sujeito de terceira pessoa como objeto direto e que hoje há vários estudos tanto de gerativistas como de sociolinguistas que tratam das formas de expressão do objeto direto anafórico referente à 3ª pessoa. A autora completa afirmando que “dados recentes mostram a variação dessa variável e indicam a perda do clítico acusativo e o desprestígio social do ele acusativo, abrindo caminho para o chamado objeto nulo e para o sintagma lexical pleno” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 145). A autora acredita que a sintaxe está em reestruturação e mudança, já que o falante está cada vez mais deixando o objeto nulo, e o clítico acusativo, sobretudo o de terceira pessoa, está desaparecendo.

Tarallo & Duarte (*apud* MATTOS E SILVA), analisando dados de falantes urbanos de São Paulo, encontraram as quatro estratégias que podem ser utilizadas: sintagma nominal, Objeto nulo, clítico acusativo e pronome reto. Os autores afirmam que a estrutura com clíticos é a menos frequente. Analisando os fatores estruturais e também os sociais, os autores chegam à conclusão de que os fatores estruturais ou linguísticos que atuam na seleção das variantes são a forma verbal, a estrutura da oração e o traço / ± animado/ do objeto:

O uso do clítico fica restrito a formas verbais simples do indicativo, à estrutura SVO e ao traço animado do objeto (“eu o vi” é preferido a “eu vi ele”), para os que retêm o clítico ainda; o pronome lexical é fornecido por estruturas sintéticas mais complexas e com o traço “mais animado” do objeto (como: “eu vi ele sair”; eu gostaria de ter visto ele” e não “eu gostaria de tê-lo visto” ou “de o ter visto”); a categoria vazia é fortemente condicionada pelo traço “menos” animado do objeto.

Quanto aos fatores sociais ou extralinguísticos que atuam, são a escolaridade e a faixa etária; afirmam ainda, os autores que a categoria vazia (objeto nulo) é a estratégia preferida dos informantes, contabilizando cerca de 70% e que o clítico acusativo varia desde a completa ausência nos jovens entre 15 e 17 anos que cursam o 1º grau (ensino fundamental II) e falantes com mais de 46 anos também com o 1º grau, até 6,4% na fala de informantes que têm o 3º grau completo (ensino superi-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

or). Os autores afirmam que esses dados indicam uma mudança de perda do clítico na modalidade oral.

Já o pronome lexical ou o ele acusativo, segundo os autores, tem 23% de ocorrência nos jovens com 1º grau e decresce na medida em que sobem faixa etária e escolaridade, alcançando 9,8% entre informantes com 3º grau e está condicionada à complexidade da estrutura da oração, já que, entre os informantes de faixa etária e escolaridade alta, existe a preferência pelos sintagmas nominais lexicais. Os autores concluem que os dados indicam que a categoria vazia e o sintagma lexical são “importantes estratégias de esquiva”, tanto em relação ao uso do clítico em desaparecimento, como em relação ao pronome lexical, avaliado nos testes de produção aplicados como estigmatizante. Os autores finalizam a análise afirmando que, nos testes de avaliação,

Os informantes de escolaridade baixa não distinguem entre as quatro possibilidades em variação; os demais aceitam o clítico em estruturas simples com objeto direto animado, mas consideram “pernóstico”, “distante do coloquial”, o clítico não animado em estruturas complexas. Nelas o pronome lexical é aceito, embora admitam que não seja “certo”.

Vilma Reche Corrêa (1991), em sua dissertação de mestrado, analisa a escrita e a fala de estudantes paulistas da 1º a 8º séries (ensino fundamental I e II) e de estudantes universitários e tem resultados bem interessantes. Segundo a autora, na fala, os clíticos começam a aparecer nos estudantes a partir da 5ª e 6ª séries com um percentual de 2,1% e que este percentual vai crescendo à medida que sobe a escolaridade dos falantes, mas que o uso dos clíticos não atinge mais do que 10,7% na fala dos universitários. Na escrita, os clíticos aparecem pouco se comparada à fala: aparecem na 3ª e 4ª séries atingindo um percentual de 9,3% e este percentual cresce à medida que há o aumento de escolaridade chegando a 85,7% na escrita dos universitários. Pelo que foi exposto, podemos dizer que os clíticos não fazem parte do vernáculo, mas são aprendidos formalmente no processo de escolarização. A autora analisa também o objeto nulo e o ele acusativo e afirma que o objeto nulo aparece, nos dados de fala, com um percentual de 72%, enquanto o clítico aparece somente com 1,3%.

O ele acusativo aparece com 18,2% e o sintagma nominal lexical com 8,3%. Na escrita, o percentual é um pouco distinto: o objeto nulo chega a atingir a marca de 51,4%, e os clíticos a marca de 23,3% enquanto que, o pronome lexical atinge 9,8% e o sintagma nominal lexical 15,4%. Podemos concluir, com base nos dados exposto pela autora, a

partir dos dados urbanos de informantes menos escolarizados e mais escolarizados, realmente estamos perdendo os clíticos de terceira pessoa, já que os clíticos são aprendidos na escola.

Sílvia Rodrigues Vieira & Gilson Costa Freire (no prelo) afirmam que diferentes estudos realizados sobre o português brasileiro falado apontam a uma redução no emprego do clítico acusativo:

Os trabalhos acadêmicos registram a ocorrência de três outras estratégias de realização do objeto direto correferente com um sintagma nominal mencionado no discurso (acusativo anafórico de terceira pessoa) em progressiva substituição à variante padrão: o pronome lexical (forma nominativa em função acusativa), o sintagma nominal anafórico e o objeto nulo. (Cf. DUARTE, 1986; FREIRE, 2000)

Os autores nos mostram os resultados a que Freire, em trabalho anterior, chegou para a função acusativa na modalidade oral: clítico-4/117 3%; pronome nominativo- 5/117-4%; sintagma nominal anafórico-40/117- 34% e objeto nulo- 68/117- 59%. Os autores, analisando esses dados na modalidade oral, afirmam que o clítico acusativo está bem abaixo das variantes sintagma nominal anafórico e objeto nulo, e acrescentam que,

Na verdade, as raras ocorrências do clítico na amostra de Freire (2000) apareceram todas em contexto de ênclise ao infinitivo, como exemplificado em (16), apontando certa preferência, na variedade brasileira, pela superficialização do clítico acusativo como <lo>, de volume fonético mais expressivo que <o>. (*op. cit.*)

Os autores acrescentam que a tabela mostra uma baixa frequência do pronome nominativo em função acusativa, o que pode se relacionar com um fator extralinguístico: a escolaridade, já que os falantes possuíam o nível superior completo. Os autores concluem que, na modalidade oral,

a considerável ocorrência de objetos nulos e de sintagmas nominais anafóricos na fala de pessoas com alto grau de escolaridade indica que a perda do clítico de terceira pessoa no PB está se resolvendo em direção à crescente implementação dessas duas formas por não serem estigmatizadas. (*op. cit.*)

Na modalidade escrita, em outro artigo, Sílvia Rodrigues Vieira (*apud* VIEIRA & FREIRE) analisou textos de jornais do Rio de Janeiro avaliando-os do menos monitorado (crônicas, entrevistas) ao mais monitorado (editoriais, artigos de opinião, reportagens) e verificou que as variantes candidatas à representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa são: na escrita menos monitorada, o clítico tem frequência de – 70/161 (44% das ocorrências); o pronome nominativo- 10/161 (6%); o

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sintagma nominal anafórico-24/161 (15%) e o objeto nulo- 57/161 (35%). Na escrita mais monitorada, o clítico tem frequência de – 104/142 (73%) das ocorrências; o Pronome nominativo- nenhuma ocorrência; o sintagma nominal anafórico-14/142 (10%) e o Objeto nulo-24/142 (17%). Observando os dados, percebemos que é alto o índice de uso do clítico acusativo na escrita mais monitorada, mas o índice é zero, do uso do pronome reto em função acusativa, resultado esse que nos mostra aqui o fator escolarização atuando. Na escrita menos monitorada, o resultado é um pouco diferente já que há, com uma certa frequência, o uso das demais variantes: o sintagma nominal anafórico e o objeto nulo juntos estão em equilíbrio com o clítico. Em relação à ocorrência do pronome lexical em função acusativas, os autores Sílvia Rodrigues Vieira & Gilson Costa Freire (no prelo), afirmam que

nos dados de escrita menos formal, registre-se que, por se tratar de forma saliente foneticamente e muito estigmatizada, <ele> não aparece retomando um sintagma nominal em estruturas simples, mas somente em estruturas nas quais o elemento marcado com caso acusativo é sujeito de uma minioração (p. ex. “E o porteiro do edifício d[o Tom]i em Nova York só chamava [ele] de Joe Bean.” – crônica) ou sujeito de um grupo específico de verbos marcados “excepcionalmente” com caso acusativo: causativos, de permissão e perceptivos. (VIEIRA & FREIRE, *op. cit.*)

Os autores concluem que “parece ser justamente na escrita mais monitorada que a variante prestigiada pela escola se apresenta como a forma mais produtiva de realização do objeto direto anafórico, atingindo 73%” e acrescentam que “os resultados aqui aduzidos apontam para um fato contundente e inegável: já se encontram infiltradas na escrita estratégias alternativas ao clítico acusativo comuns na fala, destacando-se o objeto nulo”.

Ao estudar os clíticos dativos, Sílvia Rodrigues Vieira & Gilson Costa Freire afirmam que os trabalhos acadêmicos sobre a fala brasileira registram a substituição dos dativos por uma categoria vazia ou por um SP anafórico, sendo esta com a forma tônica do pronome ou com sintagma nominal pleno; a frequência de SP anafórico, observada em Freire (2000), é 64% e a de objeto nulo é de 36%, mas que a frequência do clítico dativo é zero. Os autores explicam que

A ausência do clítico dativo na fala brasileira para referência a terceira pessoa costuma ser atribuída a um fenômeno que vem se registrando em grande parte do território brasileiro: o uso do pronome <você> como forma de tratamento de segunda pessoa em lugar de <tu>, licenciando assim o emprego de <lhe> para referência à segunda pessoa, o que é descrito pela própria gramática normativa (cf. ROCHA LIMA, 1998). Essa descrição, todavia, prevê que

tal clítico seja usado somente em função dativa, cabendo ao clítico <o> representar a função acusativa. Não é o que acontece na fala espontânea, visto que o pronome <lhe> aparece também como objeto direto (p. ex. Amigo, eu já *lhe* conheço de algum lugar.). Isso se explica pelo fato de o clítico acusativo estar em progressivo desaparecimento, de modo que a forma <lhe> acabou assumindo comportamento sintático similar ao do clítico <te>, que pode aparecer tanto em função acusativa quanto dativa. Dessa forma, o falante brasileiro já não percebe o clítico dativo como referente à terceira pessoa, fazendo uso então do objeto nulo e sobretudo do SP anafórico para representação do objeto indireto anafórico de terceira pessoa.

Analisando a escrita brasileira, no que diz respeito ao clítico dativo, Gilson Costa Freire (2005 *apud* VIEIRA & FREIRE) também pesquisou a escrita do menos ao mais monitorado e chegou às seguintes conclusões: na escrita menos monitorada, o clítico aparece em 16% dos dados; o SP anafórico tem a frequência de 43% e o objeto nulo 41%. Na escrita mais monitorada, o clítico aparece em 42%; o SP anafórico tem a frequência de 29% e o objeto nulo também 29%. Analisando a frequência de uso, observamos que o clítico dativo na escrita só é usado com uma frequência maior no estilo mais monitorado, e que, na escrita menos monitorada, a preferência de uso é das variantes SP anafórico e do objeto nulo. Os autores observam que

mesmo na escrita mais monitorada, constata-se que o clítico dativo está longe de ser uma variante dominante, uma vez que ainda tem de competir com as duas outras estratégias de realização do objeto indireto anafórico de terceira pessoa, que juntas constituem mais da metade dos dados levantados. Por conseguinte, os resultados sinalizam que também na função dativa as estratégias alternativas à variante considerada padrão estão infiltradas na escrita, o que evidencia a influência limitada da escola na recuperação do pronome dativo com referência à terceira pessoa na escrita brasileira. É provável que as baixas taxas de uso do clítico dativo – o que sinaliza que este tema deva ser priorizado pelos professores em sala de aula – se correlacionem ao problema da avaliação laboviano: como as demais variantes não costumam ser estigmatizadas, o processo de mudança parece ser naturalmente favorecido, mesmo na escrita mais monitorada.

Machado (*apud* VIEIRA) ao analisar o preenchimento do objeto direto no português brasileiro afirma que há uma alternância entre os pronomes retos, oblíquos (clíticos), sintagma nominal e anáfora zero (objeto nulo). A autora afirma que, na modalidade oral e em registros informais, há uma preferência de uso da primeira variante e também das duas últimas e acrescenta que as formas oblíquas (clíticos acusativos) são improdutivas na fala. Na escrita, a autora fez um estudo baseado em 360 redações, sendo 60 redações de cada nível: 1º segmento do ensino funda-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mental, 2º segmento do ensino fundamental; ensino médio tanto de escolas particulares quanto públicas. A autora concluiu que

Os índices obtidos para as variantes com sintagma nominal (encontrei o aluno) e com anáfora zero (encontrei), que não são avaliadas negativamente, não apresentam diminuição nem aumento crescente ao longo dos anos de escolaridade. De outro lado, observa-se que, enquanto há o gradativo desfavorecimento da forma reta (encontrei ele) – que passa de 43% de uso no primeiro segmento do ensino fundamental, para 20% no segundo, e para apenas 4% no ensino médio –, há o gradativo aumento do clítico acusativo (encontrei-o), que passa de 14% para 31% no ensino fundamental, para alcançar mais da metade dos dados (58%) nos textos do ensino médio.

Sílvia Rodrigues Vieira (no prelo) verificou que, no que se refere ao preenchimento do objeto direto, a escola interfere em relação às variantes, promovendo o clítico, descartando o pronome reto e ignorando o sintagma nominal e o objeto nulo.

Segundo Sílvia Figueiredo Brandão (2011, p. 88),

os estudos sociolinguísticos nos mostram que o preenchimento/apagamento do objeto direto/indireto constitui um fato variável, ou seja, o preenchimento ou apagamento pode ser concretizado ou não pelo usuário da língua em função de fatores diversos de natureza linguística ou extralinguística.

Segundo a proposta de Labov (2003), o fenômeno do preenchimento/apagamento do objeto é uma regra variável, pois os índices de variação estão entre 5% e 95% não podendo o fenômeno ser nem categórico nem semicategórico. Como Sílvia Rodrigues Vieira (2011, p. 137), também acreditamos que

de forma genérica, o português brasileiro muda de opção em relação ao uso dos clíticos consoante a modalidade: “da variante pré-verbal, própria da oralidade na maioria dos contextos, para a pós-verbal, na escrita padrão. “Desse modo, coexistiriam dois sistemas, um no contexto de oralidade, e outro no contexto de alto grau de letramento.

Maria Eugênia Lamoglia Duarte (1989, p. 19), na década de 90, já constatava que o fenômeno em questão ocorria na fala dos brasileiros:

Na realização do objeto direto correferente com um sintagma nominal mencionado no discurso (doravante objeto direto anafórico), o português falado no Brasil tende, com frequência cada vez maior, a substituir o clítico acusativo de 3ª pessoa pelo pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), por sintagmas nominais anafóricos (forma plena do sintagma nominal correferente com outro sintagma nominal previamente mencionado) ou por uma categoria vazia (objeto nulo).

A autora, que pesquisou a fala de 50 paulistanos analisando as três faixas etárias (22 a 33 anos, de 34 a 46 anos e acima de 46 anos), e o ní-

vel de escolaridade (1º grau incompleto ou completo, 2º e 3º graus), chegou a resultados satisfatórios:

O primeiro ponto a chamar a atenção é a ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens, enquanto para os demais grupos seu uso cresce ligeiramente com o nível de escolaridade e permanece variável em relação à faixa etária. O uso do pronome lexical, ao contrário, mais frequente na fala dos jovens (23,5%), decresce à medida que a escolarização e faixa etária sobem, chegando a 9,8% entre os informantes com 3º grau. Quanto ao uso de sintagmas nominais anafóricos, que como o uso do clítico aumenta juntamente com a escolaridade e a faixa etária, é interessante observar que entre os informantes situados no nível de escolaridade e faixa etária mais altos seu uso supera o do pronome lexical. O favorecimento de sintagmas nominais por todos os grupos mostra o estágio de implementação da variante no sistema linguístico. (DUARTE, 1989, p. 27)

A autora acrescenta que a análise lhe permitiu observar que o comportamento dos informantes acima de 46 anos, com o 1º grau, é praticamente idêntico ao dos jovens, não havendo ocorrências de clíticos e apresentando os mais altos índices de uso do pronome lexical. A autora conclui que “a noção de variante estigmatizada muda conforme muda o contexto. Usar o clítico em situações informais é uma atitude tão estigmatizada quanto usar o pronome lexical em situações formais” (DUARTE, 1989, p. 32)

### **3.1. Análise do corpus**

Nessa pesquisa sociolinguística, buscamos, seguindo o modelo proposto por Labov, contextos linguísticos e extralinguísticos que estão atuando na realização da variável, e, por isso, escolhemos como texto de maior monitoração, o editorial do jornal *O Globo* e, como texto de menor monitoração, crônicas dominicais do referido jornal escritas pela autora Martha Medeiros.

#### *3.1.1. A distribuição das variantes*

Computadas todas as ocorrências de objeto na escrita, foram isoladas e quantificadas as seguintes variantes:

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**  
**XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

**a) Uso do clítico acusativo e do dativo:**

- (1) Não só por ser impossível protegê-*los* de vendetas políticas. (editorial)
- (2) (...) talvez a Petrobrás não precisasse recorrer a ajustes contábeis que *lhe* permitem distribuir (...) (editorial)
- (3) Propaganda é outra coisa. É informação direcionada ao consumo, embalada para presente e com um código de defesa do consumidor para fiscalizá-*la*. (crônica)
- (4) Amanhã pode *lhe* cair nas mãos um pedido para uma campanha de sabão em pó. (crônica)

**b) Uso do pronome lexical (reto):**

- (5) Eu falei marido? Ajeito o cabelo e viro para *ele* com a disposição de quem trocou o Lexotan por um afrodisíaco poderoso. (crônica)

**c) Uso da categoria vazia (objeto nulo):**

- (6) Não se sabe se as cifras são para valer. Quase certo que não sejam, (0) dada à tradição de projetos oriundos do poder público. (editorial)
- (7) Criticar americanos, e quando eles merecem (0), sempre cai bem abaixo do Rio Grande. (editorial)
- (8) As mulheres topavam a dependência total, do pai para o marido. E os maridos topavam a adoção, sem contestar (0). (crônica)
- (9) Olhe bem para aquela garota sentada num bar, moderníssima. Ela quer casar. Mire nos olhos da balconista que acabou de atender você. Também quer (0). (crônica)
- (10) Se você ficou solteira mais tempo do que desejava (0), comporte-se como casada, e terá todos os homens a seus pés. (crônica)

Não foi encontrado nos textos (editorial e crônica jornalística) o uso de sintagmas nominais anafóricos, como também não foi encontrado o uso do pronome lexical reto nos editoriais. Embora tenhamos encontrado o pronome reto nas crônicas, o número de ocorrências é relativamente pequeno: foram encontradas somente três ocorrências (6,9%).

Acreditamos que o baixo percentual dessa variante se deve aos tipos de textos que foram escolhidos para análise, pois escolhemos textos formais. O objeto nulo aparece com uma frequência alta, cerca de 63% dos dados encontrados seguido pelos clíticos acusativo e dativos com uma frequência de 30,1%. Desses 30% dos clíticos, 15,3% são de clíticos dativos (2 ocorrências) e 84,7% são de clíticos acusativos (11 ocorrências). É interessante notar que, o clítico que é a variante promovida pela gramática tradicional e pela escola está perdendo espaço para uma variante que é ignorada, tanto pelas gramáticas quanto pela escola: a categoria vazia (objeto nulo), demonstrando a implementação da variante na escrita de textos considerados mais monitorados, o que, a nosso ver, parecer ser uma mudança linguística em andamento.

O conjunto geral dos dados, distribuídos segundo as variantes, está na tabela 1 abaixo:

Variante	Ocorrência	%
Clíticos	13	30,1
Pronome lexical	3	6,9
Objeto nulo	27	62,7
SNs anafóricos	---	---
Total	43	100

**Tabela1: Distribuição dos dados computados segundo a variante usada**

### **3.2. Os condicionamentos linguísticos (estruturais)**

Na procura de condicionamentos linguísticos atuantes na realização da variável, encontramos os fatores de natureza morfológica, sintática e semântica que serão expostos a seguir.

#### *3.2.1. De natureza morfológica: tempo e forma verbal*

Observamos que o objeto nulo não parece sofrer forte condicionamento morfológico. Já o pronome lexical privilegia tempos verbais simples:

(11) As mulheres conquistaram uma série de diretos e talvez tenha chegado a hora de pagar por *eles*.

(12) Cabe a *ela* decidir qual a Francesca que deve sobreviver: a dona de casa convencional ou a mulher que quer sair mundo afora em busca de si mesma.

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O clítico, dos 13 dados coletados, aparece em tempos simples do indicativo (próclise com o presente e o passado: 30,7 %: 4 dados) e com o infinitivo (ênclise ao infinitivo: 69,2 %: 9 dados). Não encontramos o uso de clíticos com o imperativo, com locuções verbais com gerúndio ou com tempos compostos.

### 3.2.2. *De Natureza sintática: a transitividade verbal*

O levantamento de natureza sintática levou em conta a regência do verbo e a estrutura projetada pelo verbo:

#### **(a) O verbo é transitivo direto e a frase se constrói com objeto direto ou objeto direto nulo:**

(13) Cabe agora à presidente Dilma Rousseff, convencê-*lo* a voltar ao Mercosul.

(14) Pois reaproximar-se dos americanos deve ser objetivo a ser perseguido, quanto mais não seja devido às dificuldades econômicas que o país enfrenta e continuará a enfrentar (0).

#### **(b) O verbo é transitivo indireto e a frase se constrói com objeto indireto nulo:**

(15) O milhão do deputado já poderia estar a caminho, mas ele achou a quantia insignificante diante dos seus danos morais e recorreu (0).

#### **(c) O verbo é de ligação e seu predicativo é uma categoria vazia:**

O preconceito contra a solteirona era muito forte. Hoje, mais de 30 anos depois, também é (0).

Podemos observar que não foi encontrado, nos verbos transitivos indiretos, nenhum dado em que este esteja preenchido, como ocorreu com as orações com objeto direto. Não encontramos também estruturas do tipo S V OD + OI preenchidas ou apagadas.

Podemos concluir que, a categoria vazia, além de ter uma percentagem muito superior de uso em relação a todas as outras variantes, está entrando em textos não só tidos como menos monitorados, como é o caso das crônicas jornalísticas, mas também em textos considerados os mais

monitorados possíveis, como é o caso dos editoriais. Além de sua alta frequência, a categoria vazia não está sendo usada somente em predicados verbais, mas também em predicados nominais, o que é uma novidade.

*3.2.3. De natureza semântica: traço mais animado/menos animado*

O último fator considerado, foi o traço ( $\pm$  animado) do objeto, que é importante para a escolha da variante a ser utilizada. Observe a tabela 2 abaixo:

Traço	Clíticos Acus/dat.	Pronome reto	SNs Anafóricos	Categoria Vazia (nulo)
+ animado	8 (61,5%)	2 (66,6%)	---	5 (18,5%)
- animado	5 (38,5%)	1 (33,3%)	---	22 (81,5%)
Total	13 (100%)	3 (100%)	---	27 (100%)

**Tabela 2: Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto**

Percebemos que, enquanto o uso do clítico e do pronome reto é de algum modo condicionado pelo traço (+ animado) do objeto, a preferência pela categoria vazia recai sobre os objetos com antecedente (- animado).

**3.3. Os condicionamentos extralinguísticos: a escolaridade**

Na seleção dos textos, levamos em conta um fator social: o nível de escolaridade, já que tanto os editoriais quanto as crônicas foram escritos por pessoas que possuem o nível superior completo. O primeiro ponto a ser observado é que, como se trata de textos mais monitorados e escritos por pessoas que possuem o nível superior, não encontramos dados com a variante sintagmas nominais anafóricos e o número de pronome reto (lexical) em função acusativa ou dativa é muito reduzido contabilizando o percentual de 6,9%. Quanto ao uso de clíticos, é interessante observar que a variante está sendo substituída, de forma lenta, pela categoria vazia, já que seu uso supera e muito o uso da variante que é promovida pela gramática. O favorecimento da categoria vazia pelos dois tipos de textos estudados nesse trabalho mostra o estágio de implementação da variante no sistema linguístico. Assim, podemos afirmar que o uso da variante “pronome reto” ainda pode ser considerada um estereótipo em textos mais monitorados, mas que a variante “clítico” ainda é considerada

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

um marcador de prestígio. Já a variante “categoria vazia” ainda é um indicador já que a ela não é atribuída nenhum valor social: é simplesmente ignorada nos textos estudados aqui.

### **4. Contribuição da pesquisa para o ensino: Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar?**

#### **4.1. Para que ensinar?**

Segundo Dinah Maria Isensee Callou (2011, p. 27),

a aula de português seria então um exercício contínuo de descrição e análise desse instrumento de comunicação. Para isso, várias estratégias podem ser utilizadas, entre elas, a de levar o aluno a reconhecer a variação inerente à língua que faz com que cada grupo social possua sua própria variedade, mas ao mesmo tempo seja capaz de conviver com todas as outras.

Devemos ensinar as variantes estudadas aqui para que o aluno reconheça todas as possibilidades de uso que o aguardam, querendo ele usá-las ou não.

#### **4.2. O que ensinar?**

O objetivo geral do ensino de língua portuguesa é fazer com que o aluno desenvolva a competência de leitura e produção de textos. As várias formas de utilização do objeto é um conteúdo relevante para o aluno, na medida em que este pode reproduzir as variantes nos textos que irá produzir ao longo de sua formação, e a escolha consciente da variante vai depender somente do contexto que uso. Além de propiciar ao aluno o reconhecimento e domínio das quatro variantes, ele será capaz de perceber o funcionamento de sua língua.

#### **4.3. Como ensinar?**

Sílvia Rodrigues Vieira (2011) declara que, das pesquisas ao ensino do objeto,

visto que toda comunidade de fala privilegia algumas variantes mais do que outras, o professor de língua portuguesa deve, primeiramente, avaliar a natureza do fato em análise em termos sociolinguísticos, no que se refere ao prestígio das variantes. (VIEIRA, 2011, p. 92)

Como a autora, também acreditamos que devemos começar ensinando aos alunos primeiramente as variantes de que estes já têm conhecimento, nesse caso, o pronome reto e sintagma nominal anafóricos, como uma forma de fazê-los refletir sobre os seus próprios usos. Feito isso, devemos começar a ensinar as variantes de prestígio (os clíticos) e, logo após, as que são completamente ignoradas pela escola (a categoria vazia).

## 5. Conclusão

Concluímos que o fenômeno estudado é o que Labov classifica como regra variável, pois as suas variantes, a depender do contexto, são usadas entre 5% e 95%, não podendo ser considerada como uma regra categórica ou semicategórica.

Se fôssemos colocar as variantes no *continuum* de Stella Maris Bortoni-Ricardo, a variante “categoria vazia” estaria em textos do menos monitorados ao mais monitorados e também estaria tanto na oralidade quanto no letramento, desde textos mais orais até os de letramento, ou seja, a categoria vazia está nas duas modalidades (oral e escrita) como também nos diversos gêneros de textos, desde os mais monitorados (editoriais) como os menos monitorados (crônica etc.). Os clíticos, ao contrário, estariam somente em textos mais monitorados e de letramento, enquanto o pronome reto (lexical) estaria mais próximo ao polo da oralidade e textos menos monitorados.

Acreditamos que nossas perguntas iniciais “se apagamos ou preenchemos o objeto na modalidade oral, o que fazemos na escrita? Apagamos ou preenchemos? E, se preenchemos, quais são as estratégias de preenchimentos mais ou menos utilizadas?” foram respondidas ao longo deste estudo: na escrita mais monitorada, quando preenchemos, usamos preferencialmente os clíticos em detrimento dos pronomes retos, mas o número de apagamento do objeto, mesmo em textos considerados mais monitorados, é absolutamente maior do que o das outras três estratégias de uso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Concordância nominal. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p:57-83.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA  
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CALLOU, Dinah Maria Isensee. Gramática, variação e normas. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 15-27

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

CÂMARA JR, Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORRÊA, Vilma Reche. *O Objeto direto nulo no português do Brasil*. 1991. Dissertação (de mestrado). –UNICAMP, Campinas.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989, 19-34.

\_\_\_\_\_. O fenômeno do objeto nulo no PB (esquemas e gráficos).

\_\_\_\_\_. O papel da sociolinguística na descrição da gramática da escrita contemporânea. [No prelo – a sair no livro do ECLAE].

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. A colocação pronominal. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 121-146.

\_\_\_\_\_. Sociolinguística e ensino de português: para uma pedagogia da variação linguística. In: MARTINS, Marco Antônio. (Org.). *Contribuições da sociolinguística e da linguística para o ensino de língua portuguesa*. Natal/RN: GELNE/UFRN. [No prelo]

\_\_\_\_\_; FREIRE Gilson Costa. *Variação morfossintática e ensino de português: da fala para a escrita*, [No prelo].

WEINREICH, Uriel, LABOV, William, HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno. Rev. técn.: Carlos Alberto Faraco. Posfácio: Maria da Conceição e Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.